

A exclusão de corpos dissidentes: sapatonas negras caminhoneiras e o mercado de trabalho como um desafio

Luara Dias Silva

Elaine Ferreira do Nascimento

Resumo: O sistema econômico vigente atual, capitalismo, impõe que a sobrevivência depende diretamente do trabalho, a classe trabalhadora tem como necessidade principal conseguir uma ocupação para garantir a sobrevivência básica no sistema. O capitalismo é um sistema que se alimenta de opressões, a partir da exploração da força de trabalho, porém sua sustentação não é apenas através da divisão da sociedade em classes, mas também de outras estruturas que mantêm os privilégios de determinadas parcelas da população, dentre elas o patriarcado, o racismo, a cisheteronorma e a exclusão de corpos dissidentes. Mulheres sapatonas negras que performam uma feminilidade caminhoneira têm muita dificuldade no acesso ao mercado de trabalho formal, porque são corpos que trazem “desconforto” e confrontam o padrão estético da binariedade de gênero. O artigo objetiva trazer dados sobre mulheres negras e sobre lesbianidades no intuito de mostrar as relações entre o mundo do trabalho, o racismo e a lesbofobia no acesso a esse espaço, visto que não existem dados específicos sobre a temática.

Palavras-chave: Mulheres negras. Feminilidade caminhão. Capitalismo. Sapatonas.

O capitalismo se apresenta como sistema econômico vigente há muitos anos no Brasil, e junto com a lógica que constrói esse sistema existem estruturas que o mantêm em constante reorganização a fim de atingir os seus objetivos principais. É um sistema que se alimenta de opressões.

A divisão da sociedade em classes é uma das estruturas que mantêm o sistema, entretanto o mesmo possui outros eixos estruturais que vão fazer a manutenção dos privilégios não só de uma classe, mas também de parcelas específicas da população, como o racismo, a cisheteronorma, a binariedade de gênero, o patriarcado.

Corpos que dissidem dessa lógica possuem mais dificuldade de se inserir nos espaços, especialmente corpos em que perpassam diversos cruzamentos de opressões, quando falamos de sapatonas negras caminhoneiras, estamos falando de mulheres negras e lésbicas, que tem uma performance de gênero que difere daquilo que é imposto socialmente para as mulheres.

Já é muito difícil para as mulheres alcançarem determinados espaços dentro do sistema, é um processo ainda mais difícil para mulheres negras, e se torna um processo completamente excludente quando falamos de sapatonas negras caminhoneiras, pois são corpos que possuem uma estética que não agrada a binariedade de gênero e, portanto carrega o peso das dificuldades práticas de acessar o mercado de trabalho formal.

Ao falar que é um desafio para estas mulheres acessar o mercado de trabalho, é, inclusive, eufemismo, a se considerar as exclusões e invisibilidades que acontecem diariamente. O apagamento da existência lésbica já é um processo recorrente, visto que são corpos que não servem ao capital para cumprir a função social de mulher, ou seja, casar com um homem cis, construir uma família dentro dos padrões binários de gênero, ser subserviente ao marido, cuidar das tarefas da casa, exercer a maternidade.

E mesmo nos rearranjos do capital como forma de lucrar em cima dos corpos dissidentes, ainda é difícil o não apagamento social dessas mulheres no dia-a-dia, não só na ausência de políticas públicas específicas, como também nas vivências diárias de

quem percorre o mercado de trabalho procurando um espaço para saciar as necessidades básicas de sobrevivência.

Este artigo objetiva trazer dados sobre mulheres negras e sobre lesbianidades no intuito de mostrar as relações entre o acesso ao mercado de trabalho e o racismo e lesbofobia, visto que não existem dados específicos sobre a temática. Para tanto, discorre sobre o capitalismo e suas ferramentas de opressão (heterocispatriarcado e racismo), a importância da interseccionalidade como ferramenta para compreensão dos diversos cruzamentos de opressões em um mesmo corpo e como se dá o mercado de trabalho para sapatonas negras. A pesquisa é de natureza qualitativa, em que onde foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo como referências principais Sueli Carneiro, Ângela Davis, Lélia Gonzalez.

O sistema capitalista e as opressões

Entender o capitalismo como um sistema que tem como eixos estruturais as opressões dos corpos não só através da classe e raça, mas também de gênero e sexualidade, é primordial para compreender como ele exclui corpos dissidentes e faz sua própria manutenção cíclica de forças de trabalhos que se colocam, não por opção, nos locais mais precarizados de trabalho.

As modificações impostas pelo capitalismo, no Brasil, emergem junto com a chegada do sistema, a priori o entendimento da classe como principal eixo de manutenção dos privilégios, e, a partir dos estudos que foram se construindo aos longo dos anos, o entendimento da classe como apenas um dos eixos estruturais. A mudança do trabalho agrário e o amadurecimento dos pólos industriais, como cita Martinelli (2008) modifica as relações de trabalho, e a migração dessa população, como cita Ianni (2004), induzida por melhores condições de vida nos grandes centros.

A população sai das áreas rurais para as zonas urbanas porque não encontra condições de subsidiar os meios necessários para manutenção das necessidades básicas suas e das suas famílias através do trabalho agrário, as zonas urbanas emergem como novas promessas de melhores trabalhos e condições de vida para a população. A emergência do capitalismo divide a sociedade em patrões e empregados e em classes.

A classe é pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra (Cisne, 2005, p.03).

Apesar da classe ser determinante em muitas opressões, ela não é única, porque mesmo dentro da classe mais privilegiada, existe a opressão do gênero, ainda que mulheres brancas cis da burguesia tenham privilégios no acesso aos mais variados espaços e possam reproduzir opressões com outras mulheres, da classe trabalhadora, por exemplo, não estão imunes às opressões relacionadas ao gênero, Davis (1981) traz que o racismo alimenta o sexismo, pois os homens brancos também entendem o corpo das mulheres brancas como seus.

Cisne traz isso em outro artigo, ao pensar o feminismo: “O fundamento do feminismo sendo a emancipação das mulheres encontra um limite estrutural: o capitalismo” (Cisne, 2018, p.220). O grande trunfo do capitalismo é fazer com que as pessoas não compreendam sua classe ou não se enxerguem pertencentes a determinados espaços, construindo a meritocracia, por exemplo, que parte de uma visão solitária de construção de melhoria de vida, e desresponsabiliza o sistema, fazendo com que as pessoas não racionalizem o processo ou não entendam a função do coletivo e do próprio Estado no acesso à melhoria da qualidade de vida. Porém, não só a classe vai ser capaz de definir as opressões do sistema, como foi colocado, as opressões de gênero e raça, a partir de heranças coloniais, serão também eixos de opressão e construção do sistema.

Em seu livro “Mulheres, raça e classe”, Ângela Davis faz uma análise da impossibilidade de desassociar gênero, raça e classe, pois todos são fortes ferramentas de opressão utilizadas pelo sistema. A autora ao falar sobre a escravidão de mulheres negras coloca que “Quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (Davis, 1981, p. 19).

Essa impossibilidade, trazida por Davis, de desassociar gênero, raça e classe explica o que vem sendo falado sobre como o sistema capitalista se estrutura em cima da classe mas não só dela, porque é exatamente a junção de diversos fatores em um mesmo corpo que vai definir qual local social ele deve ocupar.

O papel da mulher na sociedade vai sendo modificado, se antes o trabalho executado tinha a mesma importância, com a modificação das relações de trabalho há mudanças que vão colocar a mulher em um outro local, ainda em Ângela Davis:

O lugar das mulheres era mesmo em casa – mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviços de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência (DAVIS, 1981, p.51).

Um ponto importante é que a autora cita mulheres brancas nesse contexto, visto que as mulheres negras sempre possuíram outro local dentro da sociedade, a medida em que suas realidades de vida lhe impuseram questões estruturais e as colocaram em posições totalmente outras, em que o ato de trabalhar nunca foi uma opção e sim uma questão de

sobrevivência sua e dos seus, uma vez que foi o Estado/sociedade quem as colocou nessa posição pois sempre tiveram que trabalhar, além de passarem pela não humanização de seus corpos através do racismo.

A autora cita ainda que uma das características históricas do racismo é que homens brancos (especialmente ricos) possuíam direito incontestável ao corpo de mulheres negras (Davis, 1981), portanto mulheres negras não eram vistas como donas de seus próprios corpos e tinham sua existência constantemente desumanizada.

A invisibilidade das mulheres negras acontece quando suas demandas são subincluídas, entre os problemas enfrentados pelas mulheres, suas especificidades não tem prioridade nas discussões. As análises de políticas voltada para o gênero nem sempre consideram como a raça ou a classe social contribuem para resultar em maiores desigualdades (CRENSHAW, p. 08, 2004).

Sobre a desumanização de mulheres negras, de acordo com Saunders (2017, apud WYNTER; 2003, p.268) a concepção do que é o ser homem (humano) é baseada na epistemologia colonial em que é construída em torno da imagem e experiência do homem branco, cis, heterossexual, burguês e cristão, colocando pessoas negras em uma categoria não-humana ou não-humanizada.

Com a mudança do sistema econômico, ou seja, a entrada do capitalismo como sistema vigente, as mulheres negras continuaram a sofrer os diversos atravessamentos de racismo, sexismo e classe, Sueli Carneiro (2011), destaca que as mulheres negras, em geral, na luta pela garantia do direito trabalhista fazem parte de um contingente de mulheres que se deparam com anúncios que destacam sobre “boa aparência” e afirma sobre a necessidade de “instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras” (Carneiro, p. 03, 2011).

Esse destaque relacionado à “boa aparência” é mais um traço do racismo e da dificuldade de mulheres negras em acessarem o mercado de trabalho, pois está

relacionada a aparência branca, ao alisamento do cabelo, e ao padrão de feminilidade socialmente imposto, em que onde corpos de mulheres teriam que atender à determinadas características específicas da cis-hetero-norma, tudo que difere disso provocaria uma espécie de mal-estar social, seriam corpos esteticamente não agradáveis para o mercado de trabalho.

A interseccionalidade como base para compreensão das diversas opressões

Apesar da luta das mulheres negras existir desde quando as mulheres começaram a ser organizar, a exemplo o discurso “E eu não sou uma mulher” proferido por Sojourner Truth na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, somente recentemente, após um longo período de predomínio das pautas das feministas brancas, o feminismo negro e as pautas das mulheres negras foram inseridas nas agendas políticas do movimento feminista.

É necessário que haja o reconhecimento de que mulheres brancas possuem uma posição na pirâmide social acima de homens negros que estão acima das mulheres negras, segundo Ribeiro (2019), a autora coloca ainda que no quesito salarial as mulheres negras ganham menos que todos.

Essa pirâmide social seria composta por homens cis e brancos no topo, logo acima de mulheres brancas, depois homens negros e logo abaixo mulheres negras, e é através dessa mesma estrutura que se configuram os privilégios sociais, em que onde passam os cruzamentos de raça, gênero e classe.

A imposição de um local inferior na hierarquia para mulheres negras, segundo Gonzalez (2019), nega a estas “o direito de ser sujeitos não só do próprio discurso, como da própria história” (Gonzales, 2019, p.45). Para Davis (1981) a manipulação das opressões tanto de gênero quanto raciais no corpo de mulheres negras é a base para a dominação da classe trabalhadora.

Não só porque a história vem sendo escrita e manipulada a favor de homens cis brancos, mas também porque invisibiliza trajetórias e construções de mulheres, especialmente de mulheres negras que há muitos anos lutam para garantirem equidade no sistema, tendo dificuldades mesmo dentro do movimento feminista que através das pautas de mulheres brancas “mais abastadas” mantém um posicionamento racista afim de manter a exploração do trabalho de mulheres negras.

Davis (1981) ao falar do trabalho doméstico e das pautas reivindicadas pelas feministas brancas cita que:

A ideia de um pagamento para as donas de casa provavelmente soaria bastante atraente a muitas mulheres. Mas é possível que a atração durasse pouco. Pois quantas dessas mulheres teriam o desejo real de se reconciliar com as incumbências domésticas debilitantes e intermináveis em troca de um salário? Poderia um salário alterar o fato de que, como disse Lenin, ‘as insignificantes e mesquinhas tarefas domésticas esmagam, estrangulam, embrutecem e humilham [a mulher], aprisionam-na à cozinha e ao quarto das crianças e desperdiçam seu trabalho em uma lida brutalmente improdutiva, insignificante, exasperante, embrutecedora e esmagadora?’ Seria como se os pagamentos feitos pelo governo às donas de casa acabassem por legitimar ainda mais essa escravidão doméstica. (DAVIS, 1981, p.238)

As feministas liberais não tinham interesse em assumir esse tipo de trabalho e se utilizavam do racismo para manter as mulheres negras nesse espaço de trabalho onde não queriam se colocar, ter uma mulher negra para assumir esse trabalho faria com que as mulheres brancas conseguissem seguir reivindicando novas pautas e alcançando outros espaços sociais também no mundo do trabalho.

O conceito de interseccionalidade “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019), para tanto, traz a compreensão dos diversos cruzamentos de opressões que corpos de mulheres negras sofrem diariamente.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter

machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas a experiência apenas do homem negro. (AKOTIRENE, 2019, p.19)

Ao trazer o cisheteropatriarcado como uma das estruturas de opressão do capitalismo, Akotirene discorre exatamente sobre o ponto que buscamos trazer ao pensar as opressões sofridas por mulheres sapatonas negras no sistema capitalista e quais são as dificuldades que essas mulheres passam para conseguir (ou não) acessar os espaços de trabalho, de forma a se subsidiar dignamente, especialmente quando são corpos que não correspondem ao padrão de feminilidade comum.

Kimberle Crenshaw conceitua a categoria interseccionalidade e relaciona aos direitos humanos da seguinte forma:

A interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições (fl. 02, 2004).

Kimberle também traça perspectivas. As lentes da interseccionalidade são fundamentais para garantir o acesso às políticas públicas que garantam a vida – na prática, resultados da defesa dos direitos humanos. Alerta ainda sobre o perigo de hierarquizar as pautas e não considerar a realidade quando se trata, por exemplo, de mulheres negras trabalhadoras, para quem a política pública feita somente com base na renda ou somente no gênero ou só na raça não é suficiente.

Sapatonas caminhoneiras fogem do padrão de feminilidade comum, afrontando a binariedade que constrói a cisheteronorma, todo corpo que disside é comumente apagado para a manutenção das estruturas, retomamos a fala de Sueli Carneiro (2011) sobre como as mulheres negras encontram impedimentos no acesso ao mercado de trabalho ao se deparar com anúncios de “boa aparência”, para ressaltar o racismo dentro

da cisheteronoma, não bastaria ser cisgênero e seguir a heteronorma, é preciso ser branque para minimamente conseguir acessar o mercado de trabalho.

Pensar a partir da interseccionalidade é importante não só para compreender as diversas opressões que um mesmo corpo pode sofrer ao mesmo tempo, mas também para pensar a partir desta ótica novas formas de construir políticas públicas que consigam atender às demandas colocadas por corpos que dissidem.

Sapatonas negras e o mercado de trabalho

O sistema capitalista necessita da manutenção de opressões e privilégios para se manter vigente, os diversos apagamentos e invisibilizações de corpos são a prova disso, mulheres sapatonas negras carregam o peso de diversos cruzamentos nos seus corpos, racismo, sexismo, lesbofobia e questões de classe.

Acerca do mercado de trabalho para mulheres negras, Angela Davis (1981) coloca que historicamente as mulheres negras sempre foram mais exploradas no trabalho do que mulheres brancas, cruzando as opressões de raça, gênero e classe:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 1981, p.17).

Sobre o trabalho e a relação entre raça e gênero e trabalho, a autora coloca ainda que:

Quando era lucrativo explora-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (Davis, 1981, p. 19)

E ao pensar nas políticas públicas que deveriam ser acessadas por estas mulheres, podemos citar Behring (2011) em que acerca da política social no Brasil a autora diz que a sociedade civil não é homogênea, que existem as contradições além das de classe e que “não se pode ter uma visão romântica de que todos os representantes da sociedade civil estão defendendo os mesmos princípios e o interesse público” (p.183)

Para além disso, é importante lembrar que as questões referentes às pautas relacionadas à sexualidade perpassam por movimentos de violência que também se cruzam com a raça, Saunders traz uma reflexão:

No Brasil, este é um momento violento para se assumir abertamente uma identidade lésbica, particularmente uma identidade lésbica negra - economicamente, politicamente e fisicamente. Isso se entrelaça com a paisagem política da esquerda brasileira em termos de raça/sexo/gênero/erotismo: essa é uma fratura que parece centrar-se em grande parte no abraço da política identitária, tout court, enraizada em contextos não-brasileiros. (SAUNDERS, p. 107, 2017)

E quanto às representações políticas, já é mínimo o quadro de mulheres atualmente na política brasileira, com a onda do bolsonarismo, parte destas mulheres ainda defendem uma política negativa para as mulheres, em especial para classe trabalhadora. E a representação de mulheres na política que se relacionam com outras mulheres é menor ainda, a exemplo da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL) que foi brutalmente assassinada, Fátima Bezerra (PT) atual governadora do Rio Grande do Norte e Mônica Benício (PSOL) viúva de Marielle e vereadora no Rio de Janeiro. É difícil pensar em formas para que estas mulheres consigam acessar o mínimo de direitos sociais quando as políticas públicas são quase inexistentes, as representações políticas em número ínfimo e a sociedade patriarcal só as oprime diariamente.

Sobre as condições de desigualdade das mulheres de forma geral, podemos citar os dados do *Relatório da pobreza feminina* de Abril de 2020 que coloca que desde de

2014 houve um aumento na pobreza tendo como destaque raça/cor, em que onde homens e mulheres negras estão mais sujeitos à pobreza que pessoas brancas, sendo as mulheres negras ainda mais prejudicadas.

O relatório traz ainda que dentre os rendimentos divididos por raça e gênero, as mulheres negras são as que possuem os menores rendimentos, em contrapartida os homens brancos possuem os maiores rendimentos. A partir do relatório é possível comprovar a precarização do trabalho da mulher, em especial da mulher negra, em um recorte de mulheres negras que não performam feminilidade teríamos um percentual ainda maior, especialmente das que estão em ocupações extremamente precárias e desprotegidas.

Quando muitas vezes é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para as mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos”, ou quantos cabem nesse “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão em um lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essa desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado (RIBEIRO, 2019, p.40).

Compreender a estrutura e os locais de vulnerabilidade social das parcelas de pessoas que compõe a sociedade é o caminho para fortalecer a construção de políticas que possam minimamente amenizar as desigualdades existentes. Mulheres negras possuem maiores dificuldades estruturais de acessar os mesmos espaços que as demais mulheres, ou mesmo que os homens negros.

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Fala da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas (GONZALEZ, 2019, p.45).

E quando falamos de mulheres negras que fogem ao padrão da binariedade de gênero, sapatonas negras caminhoneiras, temos mais um eixo de opressão e exclusão dos seus corpos dos espaços de trabalho formais.

Conclusão

Compreender o capitalismo como sistema capaz de se reorganizar para a manutenção de privilégios de uma determinada parcela da sociedade é importante para compreender as estruturas que o sustentam e como estas agem na opressão das outras e a partir da interseccionalidade também é possível ter essa compreensão sobre quais corpos são ainda mais excluídos do processo de minimamente acessar as formas básicas de subsídio no sistema.

Mulheres sapatonas negras caminhoneiras constroem suas vivências através de um corpo que não corresponde à norma, para tanto, sempre acabam sendo afastadas dos espaços onde há visibilidade. Os relatos de violências contra esses corpos são facilmente encontrados na internet, justamente por estarem na linha de frente da violência lesbofóbica, não por opção, mas pelo confronto com a cisheternorma.

A dificuldade que existe em simplesmente aceitar a existência desses corpos, que é justamente o que ocasiona a violência, é a mesma que as afasta dos espaços de trabalho, especialmente os espaços de trabalho formal. As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho enquanto mulheres negras já são numerosas, intensificam com a performance caminhoneira.

O acesso ao mercado de trabalho é básico para sobrevivência nesse sistema, a manutenção de privilégios vai dar acesso a melhores espaços de trabalho para a parcela de homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, com performance padrão dentro da binariedade, e deixa os empregos mais precarizados, não necessariamente formalizados, para as demais parcelas da população, quanto mais distantes daquilo que é branco,

padrão, heterossexual, cisgênero, mais distante também é a possibilidade de conseguir acessar melhores espaços na corrida pela subsistência do mercado de trabalho.

Corpos de mulheres negras, sapatonas, caminhoneiras dificilmente conseguem alcançar espaços melhores dentro da lógica capitalista, não pela falta de esforços pessoais, como dita a falácia da meritocracia colocada pelo sistema, e sim porque o ato de existir dessa forma provoca precarização da sua existência e dos espaços que esse corpo pode ocupar.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, 2019. Ed. Pólen.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Política no Brasil Contemporâneo: entre a inovação e conservadorismo**. In BEHRING, Elaine Rosseti, Boschetti, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9.ed. São Paulo. Cortez, 2011, p.147-190.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: < http://www.unicap.br/neabi/?page_id=137>. Acesso em: 24 de junho de 2021.
- CISNE, Mirla. **MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista**. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 26 de junho de 2021.
- CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: *VV.AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Editora Boitempo. São Paulo. Disponível em: <<https://coletivoanarquistalutadeclasse.files.wordpress.com/2010/11/mulheres-raca-e-classe-angela-davis.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.
- GONZALEZ, Lélia. **“Por um feminismo afro-latino-americano”**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- IANNI, Otavio. **Estado e Capitalismo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 4ed. São Paulo. Cortez, 1995.
- RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo, 2019. Ed. Pólen.
- SAUNDERS, Tânia L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. ISSN: 2358-0844 – Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

The exclusion of dissident bodies:
black female truck drivers and the job market as a challenge

Abstract: The current economic system, capitalism, imposes that survival depends directly on work, with the exception of the bourgeoisie, the working class has as its main need to get an occupation to ensure basic survival in the system. Capitalism is a system that feeds on oppression, based on the exploitation of the labor force, but its support is not only through the division of society into classes, but also through other structures that maintain the privileges of certain segments of the population, among them patriarchy, racism, cisheteronormativity and the exclusion of dissident bodies. Black women dykes who perform a truck driver femininity have a lot of difficulty in accessing the formal labor market, because they are bodies that bring “discomfort” and confront the aesthetic standard of gender binary. The article aims to bring data about black women and lesbians in order to show the relationships, since there are no specific data on the subject.

Keywords: Black women. Truck femininity. Capitalism. Dykes.

Recebido: 08/08/2021

Aceito: 15/03/2022